

BUSCANDO O SENTIDO DE POLÍTICA NOS ESTUDOS CURRICULARES – PERSPECTIVAS DE ANÁLISE EM QUESTÃO

FRANGELLA, Rita de Cassia Prazeres* – UERJ

BARREIROS, Débora Raquel Alves – UERJ

GT-12: Currículo

Algo é objetivo na medida em que seu “ser” está presente e plenamente constituído. Por essa perspectiva, as coisas “são” algo determinado, as relações sociais “são” – e nesse sentido estão dotadas de objetividade. Agora, em nossa vida prática, nunca experimentamos a “objetividade” dessa maneira: o sentido de muitas coisas nos escapa, a “guerra de interpretações” introduz ambigüidades e dúvidas acerca do “ser” dos objetos e a sociedade se apresenta não como uma ordem objetiva e harmônica, mas como um conjunto de forças divergentes que não parece obedecer a nenhuma lógica unificada ou unificante. Como pode essa experiência do fracasso da objetividade fazer-se compatível com a afirmação de uma objetividade do real em última instância? (Laclau, 2000, p. 192 – *tradução livre*).

Temos assistido, nos últimos anos, a uma diversificação de temáticas/enfoques nos estudos que tomam o currículo como objeto de pesquisa. O campo amplia-se, multiplicam-se perspectivas teóricas, alargam-se os focos de estudo que articulam a discussão curricular; no entanto, é possível perceber, em diálogo com estudos que mapeiam a produção relativa ao campo (LOPES E MACEDO, 2007), que há temáticas ainda pouco exploradas.

Nesse sentido, como sinaliza a pesquisa citada, os estudos que focalizam as políticas curriculares, entendidas como “temática que engloba os estudos mais amplos das políticas que produzem os currículos, seja no âmbito dos governos, das escolas e/ou das influências internacionais” (p. 25), são pouco explorados¹. Ainda que nos últimos anos tenhamos acompanhado o desenvolvimento na área, percebemos que o foco dos estudos curriculares centrados na escola revela-se, por um lado, fundamental para a reconceitualização do campo e para a busca por avanços significativos nas análises curriculares; por outro, também é possível perceber que, por vezes, as políticas curriculares são tomadas como “objetos reais”, dados sobre os quais se opera com conceitos que acabam fixando os

* Débora Barreiros - doutoranda em Educação- Proped/UERJ; Rita de Cássia Frangella - professora adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira/UERJ. Integrantes do grupo de pesquisa.

¹ A partir do levantamento de teses e dissertações sobre currículo produzidas entre 1996 e 2002 organizadas segundo a temática; dessas, 18 dedicam-se ao estudo de políticas curriculares, num total de 453 pesquisas analisadas, o que significa apenas 4% dos estudos.

sentidos dela e voltando a atenção para as interpretações, apropriações, embates, resistências às políticas; contudo, estas permanecem como centro gravitacional das ações na/da escola e seus sujeitos, produto objetivo.

Sem dúvida sabemos que isso não pode ser tomado de forma aligeirada: desde a Nova Sociologia da Educação, uma concepção crítica da produção curricular problematiza categorias antes aceitas como dadas, enfatizando análises que articulam os níveis macro e micro e que buscam compreender as disputas em torno da produção (MOREIRA, 1990). Todavia, ainda que atentando para as lutas em torno da produção, há o entendimento de um produto final que estabiliza sentidos e fixa-os na política. Ou seja, ainda que se problematizem os sentidos das políticas e como eles foram construídos, o foco das análises concentra-se nos sentidos hegemônicos delas. Assim, tem-se uma visão de política como embate e determinação.

Justamente aí reside a problematização da política. Tomamos como nosso o questionamento de Laclau (2000): é possível a afirmação de uma objetividade em última instância? No que tange às políticas, perguntamo-nos se é possível entendê-las como sentido estável e fixo. Assim, propomos que as análises de políticas curriculares, mais que tomadas como produto, possam ser consideradas em sua produção instável e contingente, compreendendo a hegemonia como provisoriedade, o que exige pensar nas práticas articulatórias que as tornam possíveis.

Para tanto, partimos de uma concepção de currículo e política como enunciação, articulação/produção de significados, ressaltando a dimensão discursiva da produção curricular. Ainda que esse discurso não seja construído de forma plena e acabada, ele institui os sentidos atribuídos às ações, fomenta e torna possíveis desejos e projeções de trabalho. Como discurso, elabora, concorre, constrange, amplia. Assim, na linguagem se dá a tradução incompleta, o entre-lugar como espaço significativo (BHABHA, 2001). Sublinhar o caráter discursivo como constitutivo dessa produção sustenta a afirmação de que o discurso não é representação/manifestação de estruturas que o fundamentam. Ao contrário, trata de mostrar o real, a objetividade como objeto discursivo, num conceito de discurso que, como Laclau (2000), entendemos que “não tem *status* de uma categoria essencialista: porque é precisamente o conceito que, ao afirmar a presença de um ‘exterior

constitutivo' que acompanha a instituição de toda identidade, aponta a limitação e contingência de toda essência" (p. 196).

Temos assumido essa perspectiva em nossas pesquisas e buscamos neste estudo discutir o conceito de política, num exame das concepções que balizam as formulações da política a partir dessa compreensão, destacando a contribuição de Laclau e Mouffe para tal. Refletimos, ao longo do estudo, de forma a clarificar o processo de produção da política como prática articulatória e daí atentando para as análises de políticas de currículo. Argumentamos que as análises de políticas curriculares quando entendidas como indeterminação e contingência nos possibilitam pensar formas de ação política nesse processo.

O que entendemos por política?

A 'política' é uma categoria ontológica: há política porque há subversão e deslocamento do social. Isso significa que todo sujeito é, por definição, político. À parte do sujeito, neste sentido radical, só existem posições de sujeito no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, tal como é compreendido neste texto, não pode ser objetivo: ele só se constitui nas margens irregulares da estrutura. Assim, explorar o campo de emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas é examinar as marcas que a contingência inscreveu nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos (LACLAU, 2000, p. 61).

Dentro da dimensão política discutida por Laclau (2000), podemos assegurar que os sujeitos existem por obra de uma construção política que se transforma continuamente pelos deslocamentos da trama articulatória das identidades presentes nas relações sociais. Mouffe (2005) alerta para a discussão de política quando retrata sua percepção dentro de um modelo agonístico² de democracia; ressalta que, ao considerarmos qualquer ordem política uma demonstração de hegemonia – de um arquétipo característico das relações de

² Em relação ao conceito de modelo agonístico trabalhado por Chantal Mouffe, apropriamo-nos das palavras de Santos (2004, p. 42) quando revela que a “democracia do tipo agonístico é uma resposta alternativa ao modelo de representação simbólica que concebe a sociedade como um organismo, o que implica uma visão integracionista da organização social. A alternativa consiste na proposição de um modelo do tipo “consenso conflitual”, isto é, um pluralismo democrático que valoriza o dissenso ao permitir o surgimento de instituições que exteriorizem posições antagônicas, podendo-se falar, como assinala Mouffe, em vários projetos de cidadania diferentes” (Mouffe, 2003, p. 17).

poder –, a prática política não pode ser compreendida apenas como representativa de identidades pré-constituídas, mas sim como constituidoras dessas identidades, principalmente por ser um campo instável e transitório.

Para melhor compreendermos o modelo proposto por Mouffe (2005, p. 20) – pluralismo agonístico –, destacamos a necessidade de diferenciar os conceitos de ‘política’ e ‘o político’. Por política a autora define o “conjunto de práticas, discursos e instituições” que buscam estabelecer uma certa domesticação e condições de aceitabilidade, mas que, em decorrência dos conflitos existentes nas relações sociais, serão sempre afetados pela dimensão do ‘político’. O ‘político’ é a dimensão antagônica, que possui diferentes formas da transitoriedade das relações humanas. A autora busca essa definição para fundamentar sua crítica sobre a dimensão de política que ignora os conflitos e as diferenças e trabalha em prol de uma unidade marcada pela lógica de “nós” em oposição a um “eles”. Destituir esse binarismo é trabalhar a partir de uma democracia pluralista, que insere a

distinção entre as categorias de ‘inimigo’ e de ‘adversário’. Isso significa que, no interior da comunidade política, não se verá no oponente um inimigo a abater, mas um adversário de legítima existência ao qual se deve tolerar. Combatem com vigor suas idéias, contudo jamais se questionará o direito de defendê-las (MOUFFE, 2002, p. 01).

Defender-se é, nessa acepção, uma forma de negociar saberes e práticas que, nos espaços de consenso conflituoso, fazem da política uma arena de fronteiras, sem que ocorra o apagamento de cada um dos adversários.

Transformar a lógica do inimigo (antagonismo) em adversário (agonismo) permite-nos pensar que as relações de poder são intrínsecas e constituidoras da política e que a confrontação agonística entre pontos de vista em conflito é o que nos possibilita reavaliar que o importante não é eliminar o poder, mas, pelo contrário, construir uma política mais compatível com valores morais e éticos, que possibilite reconhecer a dimensão do poder e sua necessidade de transformação. Em outras palavras, “[...] o desaparecimento radical do poder seria equivalente à dissolução do tecido social” (LACLAU, 2000, p. 50).

A partir do exposto, assumimos uma concepção de política centrada na negociação na prática social (HALL, 2003). Uma ação contingente, conflituosa, discursiva e dialógica que permite aos sujeitos assumir posições dentro dos discursos identitários, num universo democrático-pluralista completo de lutas e negociações. Nas palavras de Laclau (1993, p

10): ““Se a política é o conjunto das decisões tomadas num terreno marcado por oposições indecíveis, isto é, num terreno em que o poder é constitutivo, o social só pode consistir em formas sedimentadas de um poder que borrou os traços de sua própria contingência””. Ao assumirmos que o discurso político está circunscrito ao terreno da contingência, numa lógica pautada nos sentidos contextuais em que cada palavra é enunciada e no significado que esta ganha a cada vez que é pronunciada, estaremos também assumindo que a tarefa política envolve momentos de enunciação, díspares interesses e múltiplas relações de força.

Partindo da premissa de que o ato de enunciação é sempre um ato social, podemos dizer que há sempre a necessidade de um interlocutor a quem se refere o discurso; um alguém para quem se fala, cujas intencionalidades e práticas discursivas buscam atribuir sentido, mas que nunca podem garantir a obtenção do mesmo significado, principalmente porque enunciar, segundo Lacan (1986), implica ver além da palavra: “[...] toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado” (p. 273-275).

Dentro dessa lógica, existe sempre uma historicidade dentro da condição enunciativa, que Carvalho (2001, p. 125) destaca como sendo importante tanto “para expressar o poder, [quanto] para confrontá-lo”; a posição do sujeito vai sempre depender da forma como o outro interpreta o que é enunciado e vice-versa, num jogo que requer sempre negociações e a construção de novas ações discursivas. Em outras palavras, a política possui caráter ininterrupto e provisório, assim como todas as práticas hegemônicas.

Hegemonia provisória e práticas articulatórias – a construção do sentido da política

Para que possamos compreender o sentido da política, recorreremos primeiramente ao conceito clássico de hegemonia discutido por Gramsci, que ressalta que as relações hegemônicas não podem ser vistas mais como relações de força e opressão, mas sim como prática de consenso. Williams (1979, p. 113) ajuda a entender a hegemonia em Gramsci:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘dominação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e

nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente.

Embora a palavra hegemonia tenha por definição o caráter dominante – ação de guiar, direção; autoridade, proeminência, poder absoluto (HOUAISS, 2008); esta jamais será total ou exclusiva, principalmente por operar a partir do campo da discursividade e da enunciação das práticas sociais, o que inviabiliza a totalidade homogênea e transforma em processo de articulações qualquer intenção e busca da hegemonia dominante.

Gramsci, ao destacar a transformação da força econômica (marxismo clássico) em direção a um lócus ético-político, revela as mudanças nas práticas hegemônicas que são manifestadas por “lutas [que] deixam de ser imediatas e diretas e os conflitos se deslocam do campo das contradições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis” (KONDER, 1992, p. 134). Tais mudanças ajudam a compreender a capacidade de conquistar o consenso, que envolve os conflitos no campo das idéias e da cultura.

Os estudos gramscianos foram fundamentais para os pós-estruturalistas e pós-modernistas, pois, ao trazer as discussões para o eixo político-cultural, possibilitou compreender que hegemonia constitui-se de uma gama de discursos e práticas articulatórias que se ligam por palavras e ações, em contextos e momentos singulares e que formam totalidades significativas – fechamentos contingentes. Em outras palavras, uma hegemonia sempre provisória.

O fechamento, nesse sentido, é resultado de um consenso – “resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2005, p. 21). Nessa acepção, nunca haverá conformidade, apenas posicionamentos no terreno da contingência, que envolvem conflitos – consenso conflituoso. Este último conceito é atribuído por Mouffe (2001) na discussão sobre pluralismo agonístico, que cria um espaço para o dissenso e para que as diferenças possam se manifestar. Uma espécie de jogo misto, em que a política pluralista é concebida parte pelo conflito e parte pela colaboração.

Essa perspectiva de análise pelo consenso conflituoso demonstra claramente a impossibilidade de definição de uma identidade ou força imanente, fazendo com que o discurso hegemônico e o campo da política criem um novo elemento para consolidar suas

ações dentro de uma variedade de demandas e aspirações, que Burity (s/d) chama de atores coletivos:

[...] construtos compósitos, mobilizados em torno de uma exterioridade que [...] os ameaça ou desafia, ou seja, os desloca, fornecendo-lhes as condições de aglutinarem grupos e pessoas díspares em torno de uma "preocupação" ou "demanda" comuns, mas ao mesmo tempo lhes impedindo de se apresentarem como identidades sólidas e naturais, dado que o que são depende irrecusavelmente do outro a quem "elegeram" como objeto de sua agressividade ou do seu amor (p. 3).

Na verdade, são propostas e discursos políticos que não buscam “dissolver as diferenças num todo homogêneo ou as subordinam a um projeto maior, mas visam a desbastar uma trilha em que um conjunto de demandas por reconhecimento e legitimidade se somam a outras por satisfação de carências (materiais ou não)” (BURITY, s/d, p. 23). Por não anular as diferenças, os atores coletivos tornam-se resultado das semelhanças e complementaridades, que cada sujeito em presença de um “outro” gera um antagonismo, mas é condição para a sua existência. Em outras palavras, o ato da representação implica também a constituição de quem está sendo representado, uma ação de identificação que implica ceder às estratégias e às lógicas da articulação político-simbólica (discurso).

Laclau e Mouffe (2001) destacam que o discurso sempre exerce uma "tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais”, criando uma aparente imagem de unidade ao real. Uma falsa unidade, visto que os significados constituídos numa articulação discursiva – o que chamamos pontos nodais – só conseguem se estabelecer como hegemônicos fixando-se em uma cadeia; entretanto, como "nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura" (p. 96).

A articulação discursiva se dá via processo de mobilização social, que engloba duas lógicas: a da equivalência e a da diferença. A lógica da equivalência abarca o processo de identificação, que, segundo os autores, é algo construído na exterioridade – exterior constitutivo –, que, pela equivalência, anula ou redefine as diferenças para encontrar algo idêntico a todas elas. Uma espécie de fechamento momentâneo do sistema – cadeia de equivalência – cujos elementos diferenciais se articulam também de forma não diferencial. Dentro dessa construção, os posicionamentos diferenciados entre os sujeitos exigem uma

equivalência a partir das posições e dos contextos próprios dos atores envolvidos, mas muitas vezes simplificam o espaço político em campos antagônicos e inconciliáveis (BURITY, s/d).

A lógica da diferença se pauta na premissa de que o fechamento – totalidade discursiva – seria inviável, o que a torna um campo de significação fluido, ambíguo e temporário. Macedo (2007) ressalta que, dentro do contexto social e discursivo, considerado uma estrutura aberta, indubitavelmente existirá alguma coisa que escape da lógica diferencial do discurso, sempre surgirão eventos que não podem ser simbolizados. Nesse sentido, “qualquer sistematicidade é contingente e dependente de um antagonismo social”, o que torna a relação entre as lógicas da diferença e da equivalência elementos essenciais “pelos quais os sistemas discursivos são provisoriamente fechados e as posições de sujeito dos elementos que os constituem definidas” (p. 6).

Nesse sentido, o exterior constitutivo presente na lógica da equivalência torna-se, portanto, “incomensurável com o interior e, ao mesmo tempo, [torna-se] condição para seu surgimento” (MOUFFE, 2003, p. 29). Dito de outro modo: a equivalência não implica a anulação da diferença, mas passa a ser condição para sua possibilidade – na medida em que o fecha, criando os pontos nodais –; e para sua impossibilidade – na medida em que nega a sua identidade quando cria uma diferença radical.

Ao considerarmos a hegemonia total algo irrealizável, emitimos um novo olhar sobre as forças hegemônicas presentes nas práticas enunciativas, o que, a nosso ver, permite considerar elementos da tradição e as novas negociações político-sociais, principalmente ao trazer à tona “antigas apreensões que envolvem o sujeito e sua agência dentro do campo discursivo” (p. 11). Pensar nas antigas apreensões é articulá-las ao campo que abarca também uma discussão de como “as estratégias [para hegemônizar o lugar vazio] criam identidades e não o contrário” (LACLAU, 2000, p. 243), o que implica um deslocamento das relações tradicionais entre democracia e poder, principalmente se considerarmos o caráter contingente e incompleto da totalidade; dessa forma, estaremos assumindo que nenhum sistema hegemônico pode ser “completamente imposto pelas ambigüidades intrínsecas do próprio projeto” (LACLAU, 2000, p. 28).

As ambigüidades mencionadas pelo autor referem-se à forma como o campo da hegemonia revela as inúmeras tentativas de recomposição e rearticulação dos elementos da

tradição e de representação de poder. Entretanto, como Laclau (2000) assegura, a questão não é dizer quem é o agente da hegemonia, mas como alguém passa a ser sujeito por meio da articulação hegemônica. O autor levanta algumas questões interessantes para entendermos o sentido da política:

[...] como unificar, de forma a criar certos efeitos políticos, um conjunto de lutas baseadas numa dispersão de posições de sujeito? Como constituir novas formas políticas que não sejam o produto de uma unificação já dada ao nível de uma 'estrutura' mítica, mas que sejam elas próprias a fonte de qualquer unificação que possa existir? Como reconciliar efeitos unificantes num certo nível com a autonomia dos fragmentos em outro? (LACLAU, 2000, p. 165).

A dispersão e a fragmentação levantadas pelo autor ratificam o argumento da hegemonia provisória, em que “todos os sentidos, portanto, devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência específicas” (MENDONÇA, 2003, p. 140). Sob esse enfoque, a noção de discurso, segundo Laclau e Mouffe (2001), pressupõe três noções fundamentais: a de elemento, a de momento e a de prática articulatória.

Em outras palavras, a prática articulatória ocorre a partir da articulação de elementos que estão submersos numa lógica complexa (lógica da diferença) e que se encontram separados em relação aos demais pelo campo da discursividade; ao agregar os elementos, a prática articulatória os transforma em momentos (lógica da equivalência) que, ao assumir tal condição, tornam-se um momento diferencial, deixando então seu *status* de elemento; é na articulação dos momentos diferenciais (pontos nodais) que ocorrem as modificações das identidades dos sujeitos, que passam por uma alteração das condições particulares anteriores (MENDONÇA, 2003). As novas relações identitárias criadas a partir das práticas articulatórias têm como resultado o discurso (totalidade estruturada); uma totalidade constituída pelo caráter precário e provisório, que nada mais é do que uma contingência estruturada.

Laclau e Mouffe (2001) chamam atenção para a noção de prática articulatória, principalmente pela similitude com o conceito de mediação, mas que, na concepção dos autores, corresponde a lógicas diferentes. Para eles, enquanto a mediação “trata de transições lógicas entre a teoria, o conceito e a realidade, a articulação constitui-se de relações contingentes em que os sentidos são precários e sem literalidade” (p. 96). A prática da articulação consiste na “construção de pontos nodais que parcialmente fixam

significados”, que, pelo caráter parcial dessa fixação no campo das relações sociais e do discurso, são considerados demasiadamente infinitos (p. 113).

Ao considerarmos que o sentido de política é decorrente de demandas particulares dos grupos hegemônicos, deparamo-nos com um conjunto de práticas articulatórias que ganham sentido quando são esvaziadas de sentido (ou superpreenchidas em lutas hegemônicas) –, o que Laclau (2005a) chama de significantes vazios. Esses conceitos são considerados significados vazios por se tratar de conteúdos incorporados universalmente e que tendem a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças em espaços de múltiplas cisões. Isso implica dizer que um significante precisa perder sua referência direta a um determinado significado, pois os símbolos fundamentalmente devem ser vagos e imprecisos para então representar uma totalidade que não poderá ser representada de forma direta pelo fato de representar um conjunto de elementos que são necessariamente heterogêneos entre si. Nas palavras do autor:

a idéia de significante vazio sustenta que quanto mais ampla certa cadeia de equivalência for, menos a demanda que assume a responsabilidade de representá-la como um todo vai possuir um laço estrito com aquilo que constituía originariamente como particularidade; que dizer, para ter a função de representação universal, a demanda vai ter que se despojar de seu conteúdo preciso e concreto, afastando-se da relação com seu(s) significado(s) específico(s), transformando-se em um significante puro que é o que conceitua como sendo um significante vazio (LACLAU, 2005a, p. 3).

Assim, o que podemos salientar a partir das contribuições de Laclau e Mouffe é um entendimento outro acerca da política, que potencialmente pode permitir o desenvolvimento de uma análise outra de políticas curriculares. Os conceitos-chave trabalhados pelos autores e aqui discutidos – hegemonia, lógica da equivalência/diferença, significante vazio – explicitam a construção política como política-discursiva mais complexa que um entendimento de lutas de poder em que há vencedores e vencidos. O entendimento das práticas articulatórias como estratégia discursiva central dessa operação revela o caráter de inacabamento e contingência dessas produções e nos permite compreender as estratégias de elaboração do currículo partir do entendimento dele como enunciação.

Interrogando as políticas curriculares como articulação e contingência

Diante do exposto, podemos assegurar que o campo da política está fundamentado em três eixos: discurso, significante vazio e hegemonia provisória. Esses conceitos nos ajudam a compreender os diferentes significados que envolvem as políticas e práticas curriculares, principalmente se assumirmos que, nas cadeias discursivas, coabitam objetivos que não se coadunam essencialmente, mas que, por meio de práticas articulatórias, legitimam saber e poder.

Os conceitos abordados pelos autores explicitam o caráter discursivo das práticas sociais, destacando que toda prática é significativa e que essa produção de sentido é contingente, sendo configurada por sua localização num sistema de relações. Ou seja, sem distinguir palavras e ações, a posicionalidade e as relações entre elas, num jogo de linguagem, constituem o discurso (Burity, s/d). Assim, Laclau (2000) defende que o entendimento do discursivo é o horizonte de toda objetividade, o que implica entender sua formação não como expressão de um *a priori*, mas se a constituição de uma objetividade é discursiva revela que “haverá sempre uma margem inapreensível que limita e distorce o ‘objetivo’ e que é precisamente o real” (p.195).

Essa margem inapreensível, o exterior constitutivo – que em Laclau remete ao diálogo com o conceito lacaniano de falta (Zizek, 2000) –, exige mais que consenso, articulação que explicita a condição de toda construção de contingente. Assim, uma contingência não tem origem, mas criação radical, ou seja, “nenhuma prática social, mesmo os atos mais humildes da nossa vida cotidiana, são inteiramente repetitivos” (Laclau, 2000, p. 193).

Por articulação o autor entende a criação de algo novo a partir da dispersão de elementos. Em diálogo com a produção do autor, entendemos que esses elementos se alinham numa cadeia de equivalências constituída por uma relação de equivalência entre as várias demandas. Contudo, essa cadeia de equivalência, ao ser estendida, necessita de algo que simbolicamente remeta a um todo, como uma representação universal dessa cadeia que, ao fazê-lo, perde sua referência direta para representar demandas que se unem não em função de uma proximidade, já que são heterogêneas entre si, mas se opõem a uma força antagonica comum. Essa perda e esse esvaziamento de sentido transformam a representação em significante vazio.

Este, desprovido de suas particularidades, transforma-se num elemento conceitual que permite a articulação de demandas distintas. Temos como exemplo os conceitos de cultura, diferença, qualidade, competência e cidadania, tão presentes no contexto educacional contemporâneo, que, enquanto significantes vazios, permitem a constituição de atores coletivos. Esses conceitos, como representantes de lutas e mobilizações, não têm seus significados preenchidos de forma total; exigem a luta constante – a partir do entendimento do agonismo – para sua manutenção como significante vazio. É essa relação que constitui uma relação hegemônica.

A partir do exposto, é possível dizer que esse significante vazio, ao permitir um fechamento de sentido, fá-lo de forma contingente, num contexto de forças que lutam para que essa universalização seja mantida. O que se depreende dessa dinâmica é que a relação hegemônica de formação de cadeias de equivalência em meio a práticas articulatórias se dá num campo de negociação constante.

O pós-marxismo de Laclau e Mouffe e a reconceitualização da categoria hegemonia permite compreender que afastá-la de uma idéia de determinação/subordinação, mas tratá-la como antagonismo implica entender o jogo de relações em que diferenças são reagrupadas em cadeias de equivalências, como essas se expandem permite entender a construção da hegemonia e como ela própria é condição que não permite fechamento total, encerrar um significante em um sentido único. O antagonismo proposto exige a negociação através das práticas articulatórias.

Esses entendimentos – da política como negociação e do currículo como prática de enunciação – trazem questões para a análise curricular, argüindo a articulação de diferenças. Os múltiplos posicionamentos – ou identidades fragmentadas – decorreriam das negociações/traduições das diferenças, do diálogo entre elas, criando espaços intersticiais, os entre-lugares, como explica Bhabha (2001).

O autor, ao destacar a concepção de tradução/negociação, fá-lo na perspectiva de que esta pode significar um outro lugar cultural e político de enfrentamento ao trazer a possibilidade de articulação de elementos contraditórios, numa construção que não é nem um nem outro, mas um híbrido. Ressalta que a contribuição da negociação – o que, como Laclau, podemos chamar de prática articulatória – é criar e estabelecer o entre-lugar.

Assim, ao referirmo-nos ao currículo como enunciação, vislumbramos que esse processo de articulação se concentra no processo enunciativo da diferença, que precisa ser problematizado. Há uma ambivalência em que o sentido do enunciado nunca é transparente. Bhabha (2001) afirma que “o pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre eu e o você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um terceiro espaço” (p. 66). Esse espaço seria o entre-lugar que, como temporalidade disjuntiva, opera a partir de processos de negociação/tradução. A compreensão desse processo possibilita o entendimento do currículo como híbrido, tornando impensáveis a pureza, a originalidade e os sectarismos. Trata-se da diferença como temporalidade descontínua, intertextual.

O entendimento do currículo como enunciação põe sob foco a prática de significação como arena de confronto em torno do significado, pressupõe negociação, articulação na constituição do que Bakhtin (2004) chama auditório social. A construção de significados pelos sujeitos se dá na cultura a partir das redes discursivas em que nos envolvemos, na constante ação de significar/diferir, o que evidencia o caráter dinâmico e dialógico da linguagem como espaço formativo onde não há “nem um nem outro”, mas um espaço dialógico de articulação e não de substituição da linguagem/cultura. O embate gerado, as negociações enfrentadas são processos produtivos que reconstruem continuamente a linguagem, os sujeitos, o currículo. Tal concepção aproxima pólos muitas vezes tratados como dicotômicos ou sobrepostos – cultura e política.

A ambigüidade entre a lógica de equivalência e diferença e até mesmo as disputas entre diferentes cadeias de equivalência criam uma significação que, *a priori*, é indefinida e incita negociações que provocam rupturas, criando campos de significação na articulação-desarticulação-(re)articulação de enunciados que evidenciam e deslocam a diferença. É nesse processo que o currículo se torna movediço, híbrido, na possibilidade do entre-lugar de enunciação. Dessa forma, a questão da articulação não se dá entre fronteiras fixas, significados vazios universalizados de forma total, mas ocorre também entre significados flutuantes, manobras que fazem com que “toda essa lógica de homogeneidade e heterogeneidade entre em um processo de contaminação mútua [...] em que o momento da articulação política passa a ser agora constitutivo” (LACLAU, 2006, p. 36).

A articulação política é constitutiva dos processos de enunciação, uma vez que podemos entendê-los como Bakhtin (2003), “como unidade de comunicação discursiva” (p. 277) que se dá pela alternância de sujeitos do discurso “que emoldura o enunciado” e o relaciona a outros numa compreensão responsiva, réplicas que caracterizam o caráter dialógico que o autor defende. Ele ainda afirma que cada enunciado tem como característica uma conclusibilidade específica que, como característica interna, garante e dá condição para a alternância de sujeitos do discurso. Desse modo, entendemos a articulação não como momento-síntese, mas como enunciações em constante fluxo que intercambiam significados e os disputam.

Aproximando esses conceitos da análise curricular, trata-se de acompanhar a política na sua feitura – que não se encerra no currículo escrito nem se desloca para o currículo vivido, mas exige a articulação entre as suas diferentes dimensões, num fluxo contínuo que torna as fronteiras fluidas, ainda que exija também momentos de fechamento, revela o caráter de negociação na/com a diferença, articulação que exige mobilização política (Macedo, 2006).

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BURITY, Joanildo A. **Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau**. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>. Acesso em 01/03/2007.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- LACLAU, Ernesto. & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL JR., A. & BURITY, J. **Inclusão social, identidade e diferença. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. Conferência de abertura. **Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social**. 2005a. Disponível em: www.fundaj.gov.br/geral/inclusao/ernestolaclau.pdf. Acesso em 10/05/2006.

- _____. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005b.
- _____. **Hegemony and socialist strategy**. Londres: Verso, 2001.
- _____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- _____. Power and representation. In: POSTER, Mark (ed.). *Politics, Theory and Contemporary Culture*, New York, Columbia University Press, 1993. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/laclau7.htm> Acesso em: 20/05/2006.
- LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth (coord.) **Currículo da Educação Básica (1996-2002)**. Brasília: Ministério da Educação/INEP, 2007.
- MACEDO, Elizabeth. Currículo: política, cultura e poder. In: **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 98-113, jul/dez, 2006.
- MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 20, p. 135-145, jun. 2003.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política**, v. 1, n. 3, Florianópolis, UFSC, 2003.
- _____. **La nueva lucha por el poder**. 2002. Disponível em: http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/La_nueva_lucha_por_el_poder_Mouffe.htm. Acesso em : 25/01/2007.
- _____. **The Democratic Paradox**. Londres: Verso, 2000.
- _____. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- ZIZEK, Slavoj. Mas alla Del analisis Del discurso. IN: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.